Os sistemas eleitorais

JAIRO NICOLAU

Em uma eleição é fundamental que os eleitores conheçam previamente as regras da disputa, particularmente, como será o processo de votação e de contagem dos votos. Esse conjunto de normas que define como o eleitor poderá fazer suas escolhas e como os votos serão contabilizados para serem transformados em mandato é chamado de *sistema eleitoral*.

Todas as democracias elegem uma parte dos dirigentes (chefe do Executivo e componentes do Legislativo) pelo voto popular. Nesses casos, é fundamental que elas definam um sistema eleitoral que orientará as eleições. Em muitos países é comum a utilização de diferentes sistemas eleitorais, com variações segundo o cargo (Presidência, Senado e Câmara dos Deputados) e âmbito da disputa (nacional, regional ou local).

No Brasil, os governantes são atualmente eleitos por diferentes sistemas eleitorais: representação proporcional (deputados federais, deputados estaduais e vereadores); dois turnos (presidente, governadores e prefeitos de cidades com mais de 200 mil eleitores); maioria simples (senadores e prefeitos de cidades com menos de 200 mil eleitores).

A representação proporcional

O Brasil realiza eleições regulares para cargos eletivos desde 1824. Durante o Império os deputados foram escolhidos por diferentes modalidades da representação majoritária. Uma singularidade desse período é que as eleições para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Senado eram indiretas: os cidadãos aptos a votar (chamados de votantes) escolhiam os eleitores que, por sua vez, escolhiam os deputados e senadores; o voto direto foi adotado em 1881.

Na Primeira República (1889-1930), três sistemas eleitorais foram utilizados, todos eles variações do modelo majoritário. O mais duradouro (1904-1930) dividia os estados em distritos eleitorais de cinco representantes; o eleitor podia votar em até quatro candidatos e ainda podia votar no mesmo candidato mais de uma vez. Nesse período, as eleições eram marcadas por fraudes em larga escala e por reduzida participação eleitoral.

Um dos marcos da história eleitoral do Brasil foi a promulgação Código Eleitoral, em 1932. Ele estendeu o direito de voto às mulheres, criou a Justiça Eleitoral, introduziu uma

série de medidas para garantir o sigilo do voto e adotou a representação proporcional nas eleições para a Câmara dos Deputados.

Em diversos países europeus, a defesa da representação proporcional foi um tema que mobilizou segmentos importantes do meio político entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX. No Brasil, a representação proporcional não chegou a ser uma bandeira importante de movimentos políticos, e foi defendida basicamente por alguns intelectuais. Os mais importantes deles, o político gaúcho Assis Brasil e o jurista carioca João Cabral, participaram da elaboração do Código de 1932.

Na realidade, o Código de 1932 adotou para a eleição à Câmara dos Deputados um sistema misto (com parte dos representantes eleita pelo sistema proporcional), cuja operação era bastante complexa. O novo sistema eleitoral foi utilizado em apenas dois pleitos (1933 e 1934), já que o Golpe de Estado de 1937, liderado por Getúlio Vargas, suspendeu as eleições, fechou os partidos e o Congresso.

Somente com a redemocratização de 1945 é que os representantes no Legislativo e os chefes do Executivo voltaram a ser escolhidos novamente pelo voto popular. Naquele ano, o sistema proporcional foi integralmente adotado nas eleições para a Câmara dos Deputados. Desde então, poucas mudanças foram feitas na forma pela qual deputados são eleitos no Brasil.¹

Atualmente, votar para um cargo proporcional é uma tarefa simples. O eleitor precisa

1. A partir de 1945, apenas duas mudanças significativas foram feitas: alteração da regra de distribuição de cadeiras não ocupadas em primeira alocação (as sobras), em 1950; e a exclusão dos votos em branco no cálculo do quociente eleitoral, em 1998.

apenas digitar o número de seu candidato ou, caso pretenda votar na legenda, o número do seu partido. Mas existe uma série de detalhes que tornam a operação da representação proporcional mais complexa do que imagina um cidadão comum. Quatro deles, que afetam diretamente o resultado das eleições para a Câmara dos Deputados, serão analisados a seguir:

- As regras para distribuição das cadeiras;
- As coligações;
- A lista aberta;
- A distorção na representação dos estados na Câmara dos Deputados.

As regras para distribuição das cadeiras

Para ilustrar como é feita a distribuição de cadeiras entre os partidos (e coligações) no Brasil, vamos nos basear nos resultados das eleições para Câmara dos Deputados realizadas no estado de São Paulo em 1986, com sessenta cadeiras em disputa.² O número de eleitores que compareceram para votar foi de 15.452.508. Destes, 3.545.914 anularam ou deixaram a cédula em branco. Assim, o total de votos válidos (comparecimento menos os votos nulos e em branco) foi de 11.906.594.

Para fins didáticos, o processo de distribuição de cadeiras será apresentado em três passos.

- **Passo 1: Cálculo do quociente eleitoral**

O quociente eleitoral é o resultado da divisão do total de votos válidos pelo número de cadeiras em disputa: $11.906.594 / 60 = 198.443$

2. No exemplo, segui a regra atual, que não considera os votos em branco no cálculo do quociente eleitoral. Na realidade, em 1986 os votos em branco eram incluídos.

• **Passo 2: Divisão dos votos de cada partido pelo quociente eleitoral**

Os votos de cada partido são divididos pelo quociente eleitoral. O número inteiro derivado da divisão será o número de cadeiras que cada partido obterá. Por exemplo, no caso do PMDB, a divisão dos votos (5.274.397) pelo quociente (198.443) é igual a 26,578; por essa conta, o partido recebe 26 cadeiras. Ver a Tabela 1.

Os partidos que não conseguem atingir o quociente eleitoral são excluídos da distribuição das cadeiras. Na Tabela 1, do PCB para baixo, todos os partidos foram excluídos. Isso significa que o quociente eleitoral funciona como uma cláusula de barreira nos estados (Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas) e municípios (Câmaras dos Vereadores).

• **Passo 3: Distribuição das cadeiras não preenchidas (sobras)**

Observe que após a distribuição pelo quociente eleitoral 54 cadeiras foram ocupadas. As seis restantes serão preenchidas de acordo com o método de maiores médias: o total de votos de cada partido é dividido pelo número de cadeiras obtidas pelo quociente eleitoral na primeira divisão, acrescido de um. Por exemplo, o PMDB obteve 5.274.397 votos que foram divididos pelas cadeiras obtidas pelo quociente (26) + 1 = 27; o resultado é a maior média do partido: 195.348. Ver a Tabela 2.

Essa média é comparada com a dos demais partidos, levando a cadeira o que tiver a maior dessas médias (no exemplo, o PT obtém a primeira cadeira). Proceder-se, então, a uma outra rodada de distribuição das cadei-

Tabela 1. Distribuição de votos pelo quociente eleitoral. Eleição para a Câmara dos Deputados, São Paulo, 1986

Partido	Votos	Votos/quociente eleitoral	Cadeiras obtidas na primeira distribuição
PMDB	5.274.397	26,578	26
PTB-PSC-PL	2.024.412	10,201	10
PDS-PDC-PFL	2.011.250	10,135	10
PT	1.581.237	7,968	7
PDT	389.520	1,96	1
PCB	121.231		
PSB	120.364		
PH	94.093		
PCdoB	91.189		
PMC-PCN	68.354		
PMB	68.354		
PPB	50.525		
PND	11.068		
Total	11.906.594		54

Tabela 2. Distribuição de cadeiras não preenchidas (sobras)*

Partido	Votação final / número de cadeiras da primeira distribuição +1	Votação final / número de cadeiras da primeira distribuição +2	Votação final / número de cadeiras da primeira distribuição +3	Total de cadeiras obtidas nas sobras
PMDB	195.348 (2)	188.371 (4)	181.875	2
PTB-PSC-PL	184.037 (5)			1
PDS-PDC-PFL	182.840 (6)			1
PT	197.654 (1)			1
PDT	194.750 (3)			1
Total				6

Nota: O números que aparecem em cada célula são o resultado da divisão da primeira coluna da Tabela 1 pelo total de cadeiras da coluna 3 da mesma tabela. Por exemplo, o PMDB obteve 5.274.397 votos, dividido pelo número de cadeiras (26) mais um é igual a 195.348.

* os números entre parênteses indicam a ordem em que as cadeiras das sobras foram preenchidas.

ras restantes. Em cada rodada, o partido que conquistou a cadeira nela distribuída tem seu total de votos dividido novamente, agora pela soma de uma unidade ao número de cadeiras já obtida. O procedimento é repetido até que todas as cadeiras sejam preenchidas. Observe que o PMDB obteve uma cadeira a mais (na segunda rodada), pois sua segunda maior média foi superior à recebida na primeira rodada por alguns partidos.

O total de cadeiras obtidas pelos partidos (ou coligações) é o somatório das cadeiras distribuídas nos passos 2 e 3. A distribuição final de cadeiras ficaria assim: PMDB (26); PTB-PSC-PL (11); PDS-PDC-PFL (11); PT (8); PDT (2).

A lista aberta

Após a distribuição de cadeiras entre os partidos (e coligações), é preciso saber quais nomes da lista de candidatos apresentados serão eleitos. No Brasil, os nomes mais votados de cada lista ocupam as cadeiras. No exemplo acima, o PDT elegeu três cadeiras; assim, os três candidatos com mais votos da lista apresentada pelo partido são eleitos. Este modelo é conhecido como de lista aberta.

Em alguns países (Itália, Portugal, Espanha, Argentina e África do Sul), a lista de candidatos é ordenada antes da eleição, e os eleitores votam apenas na legenda (lista fechada). Em outros (Bélgica, Holanda, Dinamarca e Suécia), os partidos ordenam a lista de candidato, mas os eleitores, caso discordem do ordenamento, podem ainda votar em um dos nomes da lista — em cada país há uma regra de contagem que determina em que condições um candidato, que obteve muitos votos nominais e não está entre os primeiros da lista, possa se eleger.

A lista aberta está em vigor no Brasil desde 1945. Já nos anos 1950, alguns políticos, tais como Carlos Lacerda e Milton Campos, chamaram a atenção para o fato de ela incentivar a competição entre os candidatos de uma mesma lista, o que enfraqueceria os partidos. Esse foi o principal argumento apresentado pelos críticos da lista aberta até recentemente, quando outros pontos passaram a ser salientados.

Uma das principais críticas à lista aberta refere-se à transferência de votos entre os candidatos de um mesmo partido ou coligação. A eleição dos deputados Enéas Carneiro (2002) e Clodovil Hernandez (2006), ambos como deputados federais por São Paulo, é apresentada como casos exemplares dessa tendência. Os dois concorreram por micropartidos, obtiveram mais votos do que o quociente eleitoral e ajudaram os seus partidos a eleger deputados com reduzido número de votos. Na realidade, o espanto frente a casos como esses deriva do desconhecimento de como é feita a conta para distribuir as cadeiras na disputa para deputado federal. Os eleitores, em geral, votam em um nome de sua predileção, mas não sabem que, no processo de apuração, os votos desse candidato serão somados aos de outros (lembre que a distribuição das cadeiras é feita a partir dos votos totais obtidos por partido ou coligação). Se o candidato tiver mais votos do que o quociente eleitoral, ele ajuda outros nomes da lista a se elegerem; se tiver menos, será ajudado pelos votos de outros candidatos.

Coligações

Como vimos anteriormente, um partido pode concorrer sozinho ou coligado nas

eleições proporcionais. Para efeitos de distribuição de cadeiras, os votos dos partidos coligados são somados e as cadeiras são conquistadas pela coligação como se ela fosse um único partido. Assim, para um partido que está coligado, o mais importante é assegurar que os seus candidatos estejam entre os primeiros nomes da lista, mesmo que ele contribua com poucos votos para a votação final da coligação.

Essa característica do sistema eleitoral brasileiro tem produzido algumas distorções na representação dos partidos. A Tabela 3 ilustra os resultados da disputa para a Câmara dos Deputados em Minas Gerais, em 1998. Entre os concorrentes, o PSDB e quatro coligações conseguiram ultrapassar o quociente eleitoral de 1,8% dos votos. Observamos uma distribuição bastante equilibrada quando o percentual de votos de cada partido/coligação é comparado com o percentual de cadeiras.

Os problemas aparecem quando se analisa o desempenho de cada partido individualmente. Compare a coluna de percentual de votos com a de percentual de cadeiras de cada partido da Tabela 3. O PCdoB, mesmo com votação inferior às do PSB e do PPS, elegeu um deputado, enquanto os dois partidos não elegeram nenhum dos seus candidatos. Embora tenha recebido menos votos do que o PL, o PTB ficou com uma cadeira a mais. O PPB, com votação pouco superior (2 pontos percentuais) à do PTB, ficou com um número mais de três vezes maior de cadeiras (sete contra duas). Dois partidos, o PCdoB (0,6%) e o PST (1,6%), elegeram representantes mesmo recebendo menos votos do que o quociente eleitoral. O PDT (4,0%) e o PCdoB (0,6%), com votações bem diferenciadas, ficaram cada um com uma cadeira.

Desta forma, um partido que se apresenta sozinho nas eleições em determinado estado necessita atingir o quociente eleitoral para eleger um deputado. Já um partido coligado pode garantir a eleição de um candidato, mesmo que tenha individualmente votação inferior ao quociente. A fórmula usada no Brasil favorece o maior partido no estado (o PMDB no exemplo apresentado); portanto, um partido que é o mais votado em um número expressivo de estados acaba ficando com uma bancada sobrerrepresentada no âmbito nacional.

A distorção na representação dos estados na Câmara dos Deputados³

A Câmara dos Deputados é composta por 513 parlamentares eleitos em 27 unidades da Federação (26 estados e o Distrito Federal). Atualmente, não existe uma distribuição rigorosamente proporcional entre a população e o número de cadeiras na Câmara dos Deputados; ou seja, alguns estados são sobrerrepresentados, enquanto outros são sub-representados. A principal causa dessas distorções é a regra constitucional que estabelece um mínimo (oito cadeiras) e um máximo (70 cadeiras) de representantes por estado. Dessa maneira, um estado que deveria ter apenas uma cadeira, caso estivesse em vigor uma regra estritamente proporcional, fica com oito; ou seja, fica com sete cadeiras a mais.

A Tabela 3 compara a atual distribuição de cadeiras de cada unidade da Federação na Câmara dos Deputados com uma outra, na

3. A rigor, as regras que um país adota para distribuir as cadeiras do legislativo nacional entre as diversas regiões de um país não são partes constituintes de um sistema eleitoral. Mas por conta de sua influência sobre a representação nacional dos partidos ela é mencionada aqui.

Tabela 3. Alocação desproporcional na Câmara dos Deputados do Brasil *

Distrito Eleitoral	População	Cadeiras em 2010 (a)	Cadeiras segundo a regra proporcional (b)	a - b
São Paulo	21,6	70	111	-41
Minas Gerais	10,3	53	53	0
Rio de Janeiro	8,4	46	44	+2
Bahia	7,4	39	38	+1
Rio Grande do Sul	5,6	31	29	+2
Paraná	5,5	30	28	+2
Pernambuco	4,6	25	24	+1
Ceará	4,4	22	22	0
Pará	4,0	17	20	-3
Maranhão	3,4	18	18	0
Santa Catarina	3,3	16	17	-1
Goiás	3,1	17	16	+1
Paraíba	2,0	12	10	+2
Espírito Santo	1,8	10	9	+1
Amazonas	1,8	8	9	-1
Rio Grande do Norte	1,6	8	8	0
Alagoas	1,7	9	8	+1
Piauí	1,6	10	8	+2
Mato Grosso	1,6	8	8	0
Mato Grosso do Sul	1,3	8	7	+1
Distrito Federal	1,3	8	7	+1
Sergipe	1,1*	8	6	+2
Rondônia	0,8	8	4	+4
Tocantins	0,7	8	4	+4
Acre	0,4	8	2	+6
Amapá	0,4	8	2	+6
Roraima	0,2	8	1	+7

* Distribuídas pela fórmula de maiores sobras.

qual seria utilizado um sistema proporcional à população dessas unidades. Embora as bancadas de 15 estados não sejam rigorosamente proporcionais às suas populações, as distorções mais acentuadas se concentram nos extremos. São Paulo é o único estado que perde cadeiras (41). De outro lado, os maiores beneficiados são os estados de reduzida população da Região Norte (Rondônia, Tocantins, Acre, Amapá e Roraima) que são mais intensamente sobrerrepresentados.

Um dos principais efeitos da alocação desproporcional das cadeiras da Câmara dos Deputados é sobre a representação partidária. Partidos com alta votação em São Paulo ficam sub-representados em âmbito nacional. Já as legendas com votação concentrada nos estados sobrerrepresentados, sobretudo os menores da Região Norte, acabam sub-representados.

A representação majoritária

Os chefes do Executivo no Brasil são eleitos por intermédio de duas regras. O presidente, os governadores e os prefeitos de municípios com mais de 200 mil eleitores são escolhidos pelo sistema de dois turnos. O candidato necessita obter a metade dos votos válidos (excluídos os votos em branco e nulos) + 1, no primeiro turno. Se esse patamar não é atingido, um segundo turno é realizado entre os dois mais votados. Esse processo garante que o eleito sempre receberá o apoio de mais de 50% dos eleitores que compareceram para votar. Os prefeitos dos municípios com menos de 200 mil eleitores são eleitos pelo sistema de maioria simples: o mais votado na disputa elege-se, sem que seja realizada uma nova disputa.

A primeira Constituição da República (1891) definiu que o presidente e o vice-presidente seriam escolhidos diretamente pela população, em pleitos independentes, e deveriam ter maioria absoluta dos votos; caso isso não acontecesse, cabia ao Congresso escolher entre os dois mais votados. Na prática, nenhum dos presidentes foi escolhido pelo Congresso, pois todos os candidatos foram eleitos com larga margem de votos, em eleições pouco competitivas. Os mandatos do presidente (e do vice) duravam 4 anos, sem a possibilidade de reeleição para o mandato seguinte. Entre 1891 e 1930 foram eleitos 11 presidentes. Entre 1930 e 1945 não houve eleições diretas para presidente.

No período 1945-1964, os presidentes passaram a ser eleitos segundo a regra de maioria simples. O mandato durava 5 anos. As eleições para o cargo de vice-presidente continuaram a ser realizadas separadamente das do presidente. Por conta dessa regra, era possível, por exemplo, eleger um candidato de um campo político para presidente e um candidato de outro campo político para vice-presidente. Em três das quatro eleições presidenciais disputadas, o eleito recebeu menos de 50% dos votos válidos: Getúlio Vargas (PTB) foi eleito com 47% em 1950; Juscelino Kubitschek obteve apenas 34% em 1955, e Jânio Quadros (PDC/UDN) recebeu 45% dos votos em 1960. A única exceção foi Eurico Dutra (PSD), que obteve 52% dos votos em 1945. Em que pese o sistema adotado pela Constituição de 1946 ser o de maioria simples, esses resultados produziram críticas frequentes quanto à sua legitimidade. Em 1950 e 1955, a UDN (partido de centro-direita) fez campanha contra a posse, respectivamente de Getúlio Vargas (PTB) e Juscelino Kubitschek (PSD), com o argumento de que estes não haviam obtido a maioria absoluta dos votos.

Quando o Brasil retomou a democracia em 1985 – após 21 anos de regime autoritário (1964-1985) –, a decisão a respeito de quais regras seriam adotadas para as eleições presidenciais entrou na agenda política. A Constituição de 1988 optou pela regra dos dois turnos na disputa presidencial. A Carta proibiu a reeleição e definiu que o mandato do presidente duraria 5 anos. As críticas ao sistema de maioria simples durante a sua vigência no período 1946-1964 (a possibilidade de presidentes eleitos por uma parcela minoritária do eleitorado) apareceram como um forte argumento para que os constituintes optassem pelo sistema de dois turnos.

Houve necessidade de realização de segundo turno em quatro das seis eleições presidenciais realizadas desde a redemocratização. Em 1989, Fernando Collor (PRN) obteve 31% dos votos no primeiro turno e 53% no segundo turno. Em 1994 e 1998, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) venceu no primeiro turno, respectivamente, com 54% e 53% dos votos. Nas eleições de 2002, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) recebeu 46% dos votos no primeiro turno, e 62% no segundo. Em 2006, os percentuais obtidos por Lula foram semelhantes aos das eleições anteriores: 48% dos votos no primeiro turno e 62% no segundo. Em 2010, Dilma Rousseff (PT) obteve 47% dos votos no primeiro turno e 56% no segundo.

Duas emendas à Constituição de 1988, aprovadas na década de 1990, modificaram as regras do presidencialismo brasileiro. A primeira, sancionada em junho de 1994, reduziu o mandato presidencial para 4 anos. A ideia era aumentar a conexão entre a votação obtida pelo partido (ou coligação) do presidente e a representação dos partidos na Câmara dos Deputados. A experiência de eleição de dois

presidentes com fraca vinculação a partidos políticos (Jânio Quadros em 1960 e Fernando Collor em 1989) em eleições “solteiras”, com bases parlamentares frágeis, foi um forte estímulo para a redução da duração do mandato presidencial. A partir de então, as eleições presidenciais passaram a ocorrer simultaneamente às eleições para o Congresso Nacional, governos estaduais e Assembleias Legislativas. Uma segunda emenda constitucional, sancionada em junho de 1997, permitiu que o chefe do Executivo (presidente, governadores e prefeitos) concorresse por mais um mandato consecutivo. Com isso, foi aberta a possibilidade de o então presidente Fernando Henrique Cardoso e dos governadores eleitos em 1994 se recandidatarem nas eleições de 1998.

Os 81 senadores (três representantes por Unidade da Federação) têm mandatos de 8 anos e são eleitos alternativamente: em uma eleição é eleito um senador, na seguinte, são eleitos dois. A eleição é realizada segundo a regra de maioria simples: no ano em que apenas um candidato concorre o mais votado é eleito, na eleição seguinte, os dois mais votados são eleitos.

Os caminhos da reforma eleitoral

Desde o começo da década de 1990, os membros do Congresso Nacional, intelectuais e algumas organizações da sociedade civil têm defendido a realização de uma reforma política no Brasil. Entre outros tópicos, a eventual mudança na forma de escolha dos deputados federais tem ocupado um lugar privilegiado no debate. Está fora do âmbito deste trabalho analisar o conjunto de propostas apresentadas no debate sobre a reforma do sistema eleitoral. A seguir, são enumeradas algumas das que receberam mais destaque:

- *Mudança no modelo de lista adotado nas eleições proporcionais.* As principais propostas sugerem a adoção do modelo de lista fechada (em que os partidos ordenam a lista antes das eleições, cabendo aos eleitores votar exclusivamente na legenda), ou da lista flexível (no qual os partidos ordenam a lista e os eleitores podem alterar a ordem).
- *Adoção de um novo sistema eleitoral nas eleições para a Câmara dos Deputados.* Três propostas obtiveram maior apoio ao longo destas duas décadas: o sistema de maioria simples (conhecido no Brasil como voto distrital); o sistema misto (distrital-misto), no qual uma parte dos representantes é eleita em distritos uninominais e outra parte é eleita pelo sistema proporcional; um modelo de voto majoritário, em que os mais votados em cada circunscrição eleitoral são eleitos (conhecido no meio político como “distritão”).
- *Adoção de uma cláusula de barreira nacional.* Como vimos, nas eleições para deputado federal e estadual, os partidos no Brasil devem ultrapassar o quociente eleitoral, que funciona como cláusula de barreira. Alguns projetos defenderam a adoção de cláusula de barreira nacional (os valores variam entre 2% e 5%); ou seja, os partidos que não obtiverem um mínimo de votos nacionalmente não podem ter representantes na Câmara dos Deputados.
- *Proibição de coligações nas eleições proporcionais.* A proposta é defendida para corrigir as distorções geradas pela

atual regra de coligação e/ou dificultar a eleição de representantes pelos pequenos partidos.

- *Nova regra para escolha de suplente de senador.* Esta é uma das poucas discussões sobre reforma do sistema eleitoral que não está associada à representação proporcional. Pelo modelo atual, cada candidato ao se inscrever para concorrer apresenta uma lista de três suplentes (que podem ser do seu partido ou de partidos coligados). Na ausência do senador eleito, seja por licença, renúncia ou falecimento, o suplente assume o mandato. O fato de o número de suplentes com assento no Senado ter crescido muito nos últimos tempos tem sido alvo de muitas críticas. Por esta razão, algumas propostas sugerem uma nova regra para os suplentes. Uma delas defende que o suplente seja o segundo nome (ou o terceiro no ano em que dois senadores são escolhidos) mais votado. Outra sugere a adoção do sistema de sublegenda em que cada partido (ou coligação) apresente três nomes; o mais votado é eleito, mas os suplentes são os outros nomes da sublegenda).

Referências

Publiquei dois livros que podem ser consultados para aprofundar as informações apresentadas neste artigo. *Sistemas Eleitorais* (Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012) discute os principais sistemas eleitorais em vigor (proporcional, majoritário e misto) nas democracias. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012) mostra a evolução do processo de votação e das regras utilizadas para eleger representantes no Brasil.

Para quem se interessa pela discussão sobre a reforma política, sugiro consultar os artigos publicados em duas coletâneas e em um número especial da *Revista Plenarium*:

AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Ed.) *Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; RENNÓ, Lúcio (Ed.) *Reforma política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

REVISTA PLENARIUM. Câmara dos Deputados, Brasília, n.4, maio 2007.